



COSTURANDO O FUTURO: A FORMALIZAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO E O EMPODERAMENTO FEMININO NO CONJUNTO JOSÉ RICHA EM SARANDI/PR

James Noah Vassoler Ramadoni (Universidade Estadual de Maringá)

Wellington Benevides dos Santos (Universidade Estadual de Maringá)

Mara Lucy Castilho (Universidade Estadual de Maringá)

ra124772@uem.br

Resumo:

O presente trabalho busca compartilhar os resultados parciais do projeto *Liderança Feminina e Economia Solidária: geração de trabalho e renda no Conjunto Habitacional José Richa - Sarandi/PR*, vinculado ao Programa Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho e os Movimentos Sociais - Incubadora Unitrabalho/UEM. Dada a dificuldade de constituir um empreendimento, as mulheres do coletivo optaram pela formação de uma associação de costureiras. Com as reuniões realizadas pela equipe multiprofissional da Incubadora, está em processo de redação o Estatuto Social. As reuniões foram baseadas na metodologia comunicativa, com abordagens voltadas para atender as necessidades das mulheres, de acordo com uma visão crítica de sua realidade local. O objetivo é que a associação seja formalizada para que possa viabilizar sua participação em editais públicos, assim como o diálogo com a prefeitura ocorrerá com maior facilidade. A finalidade da formalização também é a construção de uma identidade para as mulheres do coletivo, pois assim poderão ser aliadas na luta contra as desigualdades socioeconômicas que permeiam o território.

Palavras-chave: Economia Solidária; Desigualdade Social; Autogestão.

1. Introdução

O Projeto de Extensão *Liderança Feminina e Economia Solidária: geração de trabalho e renda no Conjunto Habitacional José Richa - Sarandi/PR* teve, inicialmente, foco

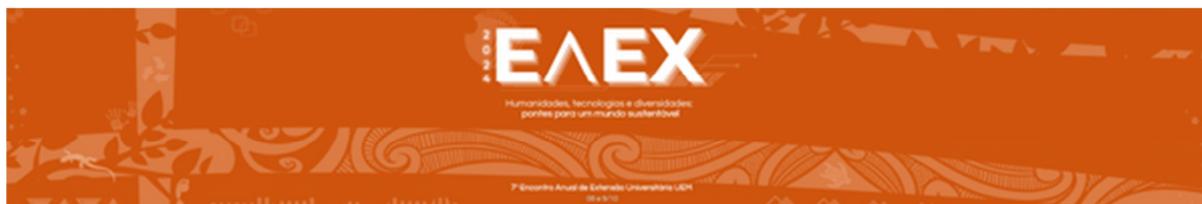


na constituição de um empreendimento de Economia Solidária, voltado à geração de trabalho e renda para o coletivo de mulheres do bairro. Contudo, após diversas reuniões e capacitações voltadas à costura, visto que elas se interessavam por esse segmento, observou-se que não havia número suficiente de mulheres para formalizar um empreendimento voltado à comercialização, no caso uma cooperativa autogestionada. As dificuldades se materializaram de diversas formas ao longo do projeto, mas uma em específico chama a atenção pois denuncia as desigualdades socioeconômicas: a necessidade de trabalhar, a fim de prover o sustento da família. Mesmo conscientes de que um empreendimento autogestionado no bairro traria inúmeros benefícios para o coletivo, muitas não conseguem participar da iniciativa pois as necessidades imediatas de subsistência se sobrepõem ao planejamento de melhorias futuras na qualidade de vida.

De acordo com Azambuja (2009), numa referência e sintetização do pensamento de Paul Singer, a experiência de trabalho autogestionário traz consigo um potencial educativo, através de suas práticas, permite educar e transformar o comportamento dos sujeitos, na medida em que suas ações passam a ser baseadas em valores ideológicos e não pautados em relações sociais capitalistas. Tendo em vista esse sentido educativo, a consciência e letramento dos envolvidos passa a ser possível, pois por meio da prática, conseguem desenvolver o pensamento crítico acerca da sua realidade social.

Sendo assim, o projeto deixou de objetivar a constituição de uma cooperativa e se voltou a uma associação, visto que as associações possuem fins sociais e nesse momento a necessidade maior é de articulação dessas mulheres e do fortalecimento desse coletivo, para que no futuro, se visualize a possibilidade de um empreendimento que substancie a geração de trabalho e renda. Para isso foram realizadas diversas reuniões para a construção do estatuto social, que ainda não se encontra finalizado, mas, já se estabeleceu o seu objetivo: capacitar outras mulheres costureiras, assim como aprimorar e difundir a costura criativa e sustentável, a fim de atender uma especificidade do bairro: a vulnerabilidade social.

2. Metodologia



Utilizou-se neste período do projeto a metodologia comunicativa crítica, que, conforme Puigvert (2012), visa a construção de saberes, compartilhamento de perspectivas acerca da realidade social e, posteriormente, a transformação do grupo em vulnerabilidade social e marginalizado. Durante as reuniões, foram imprescindíveis o diálogo e a escuta, a fim da construção do conhecimento coletivo e as finalidades da Economia Solidária.

Ao longo das reuniões, a equipe do projeto apresentou ao coletivo de mulheres as possibilidades de formalização e, de forma conjunta, foram discutidos os benefícios e as possibilidades de atuação, a partir das associações e das cooperativas. Conforme mencionado, optou-se pela constituição de uma associação de costureiras. Nesse sentido, o projeto sistematizou as reuniões de modo dialógico, em que todas as opiniões foram e são ouvidas, consideradas e discutidas coletivamente. Foram pautados pontos importantes no que diz respeito à formalização, como: as características de uma associação, como realizar o seu registro e a necessidade da organização coletiva para sua manutenção e efetividade.

Todo o processo foi e está sendo desenvolvido pautado nos princípios da Economia Solidária, com o objetivo de proporcionar ao coletivo de mulheres do bairro uma forma de trabalho que as fortaleça enquanto grupo e que seja capaz de gerar identidade, o que poderá auxiliar outras mulheres em situação semelhante. Entre os pilares da constituição da associação, estão princípios e valores de grande relevância para a Economia Solidária, como: a autogestão, a redução das desigualdades sociais e a valorização da população local.

3. Resultados e Discussão

Ao longo do desenvolvimento do projeto pode-se contar com a atuação da Incubadora Unitrabalho/UEM, que promove ações extensionistas com suporte nos processos de formalização tanto de cooperativas, quanto de associações, sendo a equipe composta por profissionais de diversas áreas do conhecimento, dentre eles, uma advogada que conduziu



uma conversa com o coletivo, em que foram explicitados os procedimentos jurídicos da formalização, seus benefícios e possíveis dificuldades que o coletivo poderia enfrentar no processo, como a difícil tarefa de manter o engajamento e a participação ativa das mulheres. Esse encontro foi decisivo para as costureiras optarem pela formalização enquanto associação.

O projeto visa solucionar problemas sociais, ampliando a prática com os conhecimentos teóricos dos bolsistas, adquiridos ao longo de sua formação. Os acadêmicos puderam desenvolver suas habilidades de análise crítica da realidade para uma efetiva mudança social. Também foi possível articular o coletivo de costureiras e promover discussões acerca da Economia Solidária, do trabalho coletivo e da constituição de uma associação de costureiras. Após diversas conversas entre a equipe do projeto e o coletivo, as ações se direcionaram no que diz respeito ao processo de redação do estatuto social (características da associação, distribuição dos recursos e organização dos cargos), primeiro passo para a formalização.

Considera-se que a constituição da associação é de extrema importância, tendo em vista que através desse processo há maiores possibilidades de captação de recursos, sejam municipais, estaduais e federais, através de editais de incentivo e fomento a empreendimentos econômicos solidários. Tais recursos serão fundamentais para manutenção da associação e desenvolvimento de atividades amplas com a comunidade, como, por exemplo, cursos de capacitação em costura, em que através dos recursos, pode-se adquirir materiais para melhorias na estrutura da associação, além de possibilitar o atendimento de maior número de mulheres. Além disso, a associação é um meio pelo qual os moradores conseguem maior visibilidade para o bairro, contribuindo para a prosperidade de uma comunidade muitas vezes negligenciada pelo Estado.

4. Considerações



As ações realizadas pelo Projeto *Liderança Feminina e Economia Solidária: geração de trabalho e renda no Conjunto Habitacional José Richa - Sarandi/PR*, oportunizou que as mulheres do bairro visualizassem a possibilidade efetiva da constituição de uma associação de costureiras. O coletivo atua informalmente, mas, ciente da necessidade de formalização, tem se dedicado a isto, uma vez que propiciará maior credibilidade e proteção legal para o coletivo. A formalização também garante maior visibilidade e aumenta as possibilidades de diálogo com a prefeitura, o que pode beneficiar diretamente o bairro e toda a população. Além disso, as possibilidades de pleitear recursos e estabelecer parcerias com as instâncias governamentais e entidades privadas são maiores, o que possibilitará à associação ampliar suas atividades na costura e atender um número maior de pessoas.

Ademais, a ação oportuniza que os participantes entrem em contato com uma forma prática de compartilhamento de conhecimentos científicos, em que os acadêmicos também podem se aperfeiçoar através das trocas imateriais que só são possíveis através da prática extensionista. É importante salientar que o projeto ainda está em andamento e, portanto, é possível o acompanhamento das discussões acerca do estatuto que precisa ser concluído para que a formalização se concretize.

Referências

AZAMBUJA, Lucas. Os valores da Economia Solidária. **Sociologias**, Porto Alegre, nº 21, p. 282-317, jan./jun. 2009.

PUIGVERT, Lúcia; CHRISTOU, Miranda; HOLFORD, John. Critical Communicative Methodology: including vulnerable voices in research through dialogue. **Cambridge Journal of Education**, Cambridge, nº 4, p. 513–526, nov. 2012.